

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
Marília/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	368.007	314.406	CIRCULANTE	131.146	116.070
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.524	6.173	DEPÓSITOS (NOTA 11)	89.137	81.472
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	191.107	183.858	Depósitos à Vista	59.520	56.967
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	2	Depósitos a Prazo	29.617	24.505
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	191.103	183.856	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.834	3.640
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	137.338	103.929	Repasse Interfinanceiros	4.834	3.640
Operações de Crédito	146.086	110.910	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	450	309
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.748)	(6.981)	Recursos em Trânsito de Terceiros	450	309
OUTROS CRÉDITOS	26.880	18.317	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	2.959
Rendas a Receber	455	447	Empréstimos País - Outras Instituições	-	2.959
Diversos (NOTA 06 e 07)	26.802	18.122	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36.725	27.690
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(377)	(252)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	113	65
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	5.158	2.129	Sociais e Estatutárias	6.183	4.810
Outros Valores e Bens	5.253	2.238	Fiscais e Previdenciárias	799	654
(Provisão para desvalorização)	(124)	(128)	Diversas (NOTA 14)	29.630	22.161
Despesas Antecipadas	29	19			
NÃO CIRCULANTE	136.554	89.744	NÃO CIRCULANTE	306.322	232.639
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	136.554	89.744	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	306.322	232.638
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	4.674	482	DEPÓSITOS (NOTA 11)	301.483	230.857
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.674	482	Depósitos Interfinanceiros	5.352	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	109.594	71.640	Depósitos a Prazo	296.131	230.857
Operações de Crédito	114.592	76.283	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.839	1.782
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.998)	(4.643)	Repasse Interfinanceiros	4.839	1.782
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06 e 07)	5	2			
Diversos	5	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.093	55.441
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	9.214	6.737	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	34.592	29.867
Outros Investimentos	9.214	6.737	De Domiciliados no País	58.844	45.842
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	10.573	8.172	(Capital a Realizar)	(24.252)	(15.975)
Outras imobilizações de Uso	17.136	13.097	RESERVAS DE SOBRAS	29.138	23.195
(Depreciação acumulada)	(6.563)	(4.925)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.363	2.379
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.494	2.711			
Outros Ativos Intangíveis	5.304	4.902			
(Amortização acumulada)	(2.810)	(2.191)			
TOTAL DO ATIVO	504.561	404.150	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	504.561	404.150

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	31.857	-	31.857	59.792	3	59.795	45.538	-	45.538
Operações de Crédito	31.803	-	31.803	59.723	3	59.726	45.529	-	45.529
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	54	-	54	69	-	69	9	-	9
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.524)	(21)	(12.545)	(25.196)	(40)	(25.236)	(19.467)	(31)	(19.498)
Operações de Captação no Mercado	(8.488)	(21)	(8.509)	(16.638)	(40)	(16.678)	(13.518)	(31)	(13.549)
Operações de Empréstimos e Repasses	(222)	-	(222)	(462)	-	(462)	(418)	-	(418)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.814)	-	(3.814)	(8.096)	-	(8.096)	(5.531)	-	(5.531)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.333	(21)	19.312	34.596	(37)	34.559	26.071	(31)	26.040
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.429)	1.006	(11.423)	(22.161)	1.842	(20.319)	(17.368)	1.511	(15.857)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.685	3.460	6.145	5.158	6.628	11.786	4.299	5.322	9.621
Rendas de Tarifas Bancárias	3.522	-	3.522	6.627	-	6.627	5.007	-	5.007
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.573)	(833)	(11.406)	(19.734)	(1.803)	(21.537)	(16.805)	(1.330)	(18.135)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(9.256)	(1.226)	(10.482)	(17.236)	(2.204)	(19.440)	(14.075)	(1.740)	(15.815)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(11)	(215)	(226)	(67)	(378)	(445)	(53)	(310)	(363)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	6.483	148	6.631	12.689	214	12.903	12.161	69	12.230
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(5.279)	(328)	(5.607)	(9.598)	(615)	(10.213)	(7.902)	(500)	(8.402)
RESULTADO OPERACIONAL	6.904	985	7.889	12.435	1.805	14.240	8.703	1.480	10.183
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(26)	1	(25)	(35)	(2)	(37)	(62)	4	(58)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.878	986	7.864	12.400	1.803	14.203	8.641	1.484	10.125
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	98	98	-	(237)	(237)	-	(67)	(67)
Provisão para Imposto de Renda	-	67	67	-	(148)	(148)	-	(31)	(31)
Provisão para Contribuição Social	-	31	31	-	(89)	(89)	-	(36)	(36)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.015)	-	(2.015)	(3.601)	-	(3.601)	(2.856)	-	(2.856)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	4.863	1.084	5.947	8.799	1.566	10.365	5.785	1.417	7.202
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.566	(1.566)	-	1.417	(1.417)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.863	1.084	5.947	10.365	-	10.365	7.202	-	7.202
DESTINAÇÕES	-	-	-	(7.663)	-	(7.663)	(5.423)	-	(5.423)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.359)	-	(1.359)	(1.272)	-	(1.272)
Fates - Estatutário	-	-	-	(450)	-	(450)	(297)	-	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(5.854)	-	(5.854)	(3.854)	-	(3.854)
REVERSÃO RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	661	-	661	600	-	600
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.363	-	3.363	2.379	-	2.379

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	26.947	17.808	600	2.177	47.532
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	321	-	-	(641)	(320)
Destinações para reservas	-	872	661	(1.533)	-
Outras destinações	-	-	-	(3)	(3)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.584	-	-	-	2.584
Baixas de capital	(1.239)	-	-	-	(1.239)
Reversões de reservas	-	-	(600)	600	-
Resultado do período	-	-	-	7.202	7.202
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(297)	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.854	-	(3.854)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.254	-	-	(1.272)	(18)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	29.867	22.534	661	2.379	55.441
Mutações do Período	2.920	4.726	61	202	7.909
Saldos no início do período em 01/01/2019	29.867	22.534	661	2.379	55.441
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	808	-	-	(1.615)	(807)
Destinações para reservas	-	-	750	(750)	-
Outras destinações	-	-	-	(14)	(14)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.695	-	-	-	3.695
Baixas de capital	(1.023)	-	-	-	(1.023)
Reversões de reservas	-	-	(661)	661	-
Resultado do período	-	-	-	10.365	10.365
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(450)	(450)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.854	-	(5.854)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.245	-	-	(1.359)	(114)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	34.592	28.388	750	3.363	67.093
Mutações do Período	4.725	5.854	89	984	11.652
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	31.863	22.534	1.411	4.418	60.226
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.122	-	-	-	2.122
Baixas de capital	(638)	-	-	-	(638)
Reversões de reservas	-	-	(661)	661	-
Resultado do período	-	-	-	5.947	5.947
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(450)	(450)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.854	-	(5.854)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.245	-	-	(1.359)	(114)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	34.592	28.388	750	3.363	67.093
Mutações do Período	2.729	5.854	(661)	(1.055)	6.867

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.502	14.496	10.743
Resultado do semestre/exercício	5.947	10.365	7.202
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.555	4.131	3.541
Provisão para operações de crédito	691	2.122	1.966
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(4)	(4)	(5)
Provisão para desvalorização de outros créditos	94	125	73
Depreciação do imobilizado de uso	907	1.645	1.123
Amortização do intangível	324	619	529
Baixas do ativo permanente	-	5	75
Provisão para passivos contingentes	10	44	71
Destinações ao FATES	(450)	(450)	(297)
Dividendos SicrediPar	(17)	25	6
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	8.878	(706)	25.804
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.777)	(4.192)	(410)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.140	(3)	8
Redução em relações com correspondentes	-	-	2
(Aumento) em operações de crédito	(33.362)	(73.485)	(62.222)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	138	4.251	3.910
(Aumento) em outros créditos	(5.675)	(8.717)	(5.599)
(Aumento) em outros valores e bens	(2.243)	(3.024)	(1.505)
Aumento em depósitos	41.115	78.291	82.492
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	87	141	(146)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(2.959)	450
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(297)	(218)
Aumento em outras obrigações	9.455	9.288	9.042
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	16.380	13.790	36.547
Aquisição de Investimentos	(2.477)	(2.477)	(477)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.466)	(4.051)	(4.060)
Aplicações no Intangível	(129)	(401)	(1.190)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.072)	(6.929)	(5.727)
Integralização de capital	2.122	3.695	2.584
Baixa de capital	(638)	(1.023)	(1.239)
Juros ao capital próprio	(114)	(114)	(18)
Distribuição de Sobras	-	(821)	(323)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.370	1.737	1.004
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	13.678	8.598	31.824
Caixa e equivalente de caixa no início do período	184.949	190.029	158.205
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	198.627	198.627	190.029

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/06/2001 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	7.524	6.173
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	191.103	183.856
Total	198.627	190.029

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.674	482
DI entre Banco e Cooperativas	4.674	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	482
Total não circulante	4.674	482

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	122.413	82.856	205.269	155.316
Financiamentos	17.361	28.367	45.728	26.472
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.312	3.369	9.681	5.405
Carteira total	146.086	114.592	260.678	187.193

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	24.272	5	24.277	15.721
Total	24.272	5	24.277	15.721

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	50	-	-	-
Nível A	0,50	114.739	77.323	574	387
Nível B	1,00	89.734	60.038	897	600
Nível C	3,00	51.820	38.535	1.555	1.157
Nível D	10,00	13.519	14.674	1.352	1.467
Nível E	30,00	4.647	4.103	1.394	1.231
Nível F	50,00	3.242	1.966	1.621	983
Nível G	70,00	1.579	747	1.105	523
Nível H	100,00	5.625	5.528	5.625	5.528
Total		284.955	202.914	14.123	11.876

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.177	33.592	39.346	51.625	127.740	90.691
Rural	-	1.371	4.941	3.369	9.681	5.405
Industrial	49	1.771	2.958	2.062	6.840	9.473
Comércio	1.324	16.010	19.358	23.693	60.385	37.186
Outros Serviços	723	17.630	28.108	33.848	80.309	60.159
Total	5.273	70.374	94.711	114.597	284.955	202.914

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	27.434	9,63	22.631	11,15
50 devedores seguintes	52.119	18,29	37.760	18,61
100 devedores seguintes	37.546	13,18	30.645	15,10
Demais	167.856	58,91	111.878	55,14
Total	284.955	100	202.914	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	11.876	9.837
Constituição de provisão	8.096	5.531
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.849)	(3.492)
Saldo final	14.123	11.876

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.029 (2018 - R\$ 1.986), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 17.628 (2018 - R\$ 10.964).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	621	614
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	647	365
Devedores por depósitos em garantia	68	47
Impostos e contribuições a compensar	105	485
Títulos e créditos a receber	24.272	15.719
Cotas de consórcio	25	30
Operações com cartões	420	611
Pendências a regularizar	19	44
Outros	625	207
Total Circulante	26.802	18.122
Títulos e créditos a receber	5	2
Total não circulante	5	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	5.253	2.238
Imóveis	5.253	2.238
Despesas antecipadas	29	19
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(124)	(128)
Total Circulante	5.158	2.129

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 124 (2018 - R\$ 128) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.542	4.065
Sicredi Participações S.A.	2.668	2.668
Outras Participações e Investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Total	9.214	6.737

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	864.556 ON	864.556 ON	4	4	6.541.799	4.064.543
	1.803.586 PN	1.803.586 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,25%	0,30%	2,48%	2,48%	2,06%	1,79%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	2.668	2.668	4	4	6.542	4.065

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	17.136	(6.563)	10.573	8.172
Imobilizações em curso	-	114	-	114	1.503
Instalações	10%	7.310	(2.682)	4.628	3.158
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.671	(1.238)	2.433	1.272
Sistema de comunicação	10%	394	(131)	263	110
Sistema de processamento de dados	20%	4.148	(2.198)	1.950	1.510
Sistema de segurança	10%	910	(182)	728	409
Sistema de transporte	20%	589	(132)	457	210
Intangível (i)		5.304	(2.810)	2.494	2.711
Investimentos Confederação		5.304	(2.810)	2.494	2.711
Total		22.440	(9.373)	13.067	10.883

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	59.520	-	-	59.520	56.967
Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.352	5.352	-
Depósitos a prazo	11.306	18.311	296.131	325.748	255.362
Total	70.826	18.311	301.483	390.620	312.329

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	4.834	3.640
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.834	3.640
Total circulante	4.834	3.640
Recursos do Crédito Rural	4.839	1.782
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.839	1.782
Total não circulante	4.839	1.782

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/07/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	2.959
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	2.959
Total circulante	-	2.959

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	-	245
Obrigações por convênios oficiais	3	6
Provisão para pagamentos a efetuar	3.013	2.456
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	283	239
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	7	5
Pendências a regularizar	20	1.103
Operações com cartões	24.204	16.392
Demais fornecedores	634	510
Credores diversos	1.466	1.205
Total circulante	29.630	22.161

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	168	128	(97)	199
Cível	71	64	(51)	84
Total	239	192	(148)	283

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	199	168
Cível	Provável	84	71
Total		283	239

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 30; R\$ 31; R\$ 25 (2018 - R\$ 20, R\$ 13), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	34.592	29.867
Total de associados	27.163	21.821

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.725 (2018 – R\$ 2.920), sendo R\$2.053 (2018 – R\$1.575) via integralização de resultados e R\$3.695 (2018 – R\$ 2.584), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$1.023 (2018 – R\$ 1.239).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,34% em Conta capital, no montante de R\$ 1.359, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	10.602	7.269
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.241)	(2.326)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	9	1
Provisão resgate de milhas cartão	(36)	(47)
Brindes e Doações	(15)	(11)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(34)	14
Receita com atos cooperativos	3.520	1.851
Juros sobre capital próprio	506	407
Prejuízo fiscal	24	29
Lucros e dividendos	7	14
Outros	24	0
Subtotal	4.004	2.259
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(237)	(67)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	4.674	482
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	191.103	183.856
Outros Créditos - Rendas a receber	320	318
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	579	414
Investimentos (Nota 09)	9.214	6.737
Intangível (Nota 10)	2.494	2.711
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	5.352	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	9.673	5.422
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	2.959
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	23.981	15.809
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	69	9
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.230	895
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	11.173	10.947
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	134	-
Operações de Empréstimos e Repasses	462	418
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.856	1.371
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	5.981	5.072

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	136	0,23%	104
Depósitos a prazo	4.360	1,34%	2.839
Operações de crédito	984	0,38%	912

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	4.769	3.912

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	370	289
Despesa de aluguéis	2.266	1.836
Despesa de comunicação	937	885
Despesa de manutenção e conservação	834	671
Despesa de material	260	225
Despesa processamento dados	609	437
Despesa de promoções e relações públicas	2.118	1.659
Despesa de propaganda e publicidade	239	372
Despesa de seguro	136	118
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.597	2.450
Despesa de serviços de terceiros	296	174
Despesa de serviços de vigilância e segurança	899	748
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.099	709
Despesa de serviços de transportes	517	530
Despesa de viagem	812	646
Despesa de depreciação e amortização	1.645	1.123
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	619	530
Outras despesas administrativas	3.187	2.413
Total	19.440	15.815

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	498	483
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.978	10.718
Reversão de provisões operacionais	977	677
Outras rendas operacionais	450	352
Total	12.903	12.230

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.090	990
Contribuições Cooperativistas	96	81
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	673	454
Contribuição Confederação Sicredi	4.487	3.910
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	653	573
Contribuição Sureg	-	56
Encargos da administração financeira	58	71
Repasse administradora de Cartões	204	191
Outras despesas de Cartões	1.152	724
Outras provisões operacionais	879	763
Outras despesas operacionais	921	589
Total	10.213	8.402

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	1.182	712
Total	1.182	712

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	64.599	50.061
Nível I (NI)	64.599	50.061
Capital principal - CP	64.599	50.061
Capital social	34.592	29.867
Reservas de capital	29.138	23.195
Lucros acumulados	3.363	2.379
Ajustes Prudenciais	(2.494)	(5.380)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	328.770	272.189
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.184	
Margem de Capital (i)	28.895	17.398
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,65%	18,39%
Situação de Imobilização (Imob)	10.577	8.172
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,37%	16,32%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ildo Wilde
Diretor Executivo
CPF: 666.207.240-00

Antônio Alberto Soares
Diretor de Operações
CPF: 025.534.939-40

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20